

cial de lácteos de US\$ 11,5 milhões. Agora, ao analisar os resultados da balança comercial de lácteos do primeiro semestre, se constata uma exportação de 32,7 mil toneladas e receita de US\$50,7 milhões. As importações ficaram em 40,6 mil toneladas, com gastos de US\$68,5 milhões. O resultado final foi um déficit na balança comercial de US\$ 17,9 milhões. Em igual período do ano passado, o déficit foi de US\$7,5 milhões.

Apesar de o resultado das exportações dos primeiros seis meses sugerir que o setor passa por momento positivo, caso seja mantida a atual taxa de câmbio, haverá gradativa queda do fôlego das exportações de lácteos. Com o dólar mais barato, há estímulo ao aumento das importações e inibição às exportações. O resultado final é o crescimento de oferta de lácteos no mercado interno, com queda de renda ao produtor.

Em 2004, a expansão foi de 6%, e este número deverá ser maior em 2005, representando mais um fator gerador de oferta e de queda de preços pagos ao produtor. ■

## Ranking do leite

Como novidade, o ranking das maiores empresas de laticínios, realizado pela Associação de Leite Brasil, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios e Organização das Cooperativas Brasileiras, e pela Embrapa Gado de Leite, traz o número da compra de terceiros, o chamado mercado *spot*. A sua participação média foi de 16%.

Enquanto a captação das empresas continua entre 5,5 e 5,7 bilhões de litros por ano, o número de produtores caiu, um indicador claro de uma política de compra mais seletiva, em conjunto com o crescimento da produção média por produtor. Foram 14 empresas participantes do levantamento, que representam 42% de leite recebido sob inspeção e 25% do total produzido no País.



# Produção mundial vai crescer 2,8%

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação acaba de divulgar suas novas previsões sobre a produção, exportação e consumo (*per capita*) de carnes em 2005. É estimado para o ano um aumento de produção da ordem de 2,8%, o mais significativo envolvendo a carne bovina (+3,25%). Note-se, todavia, que em 2004 a produção de carne bovina permaneceu estável em relação ao ano anterior.

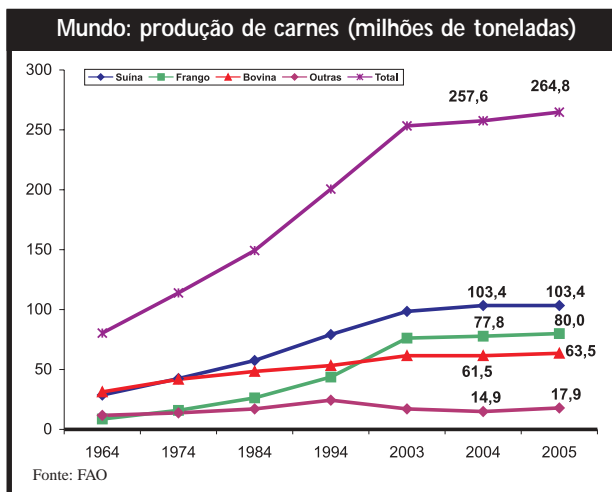
Assim, no biênio 2003/2005, a maior expansão de produção é das carnes avícolas (quase que exclusivamente frango), com cerca de 5% de aumento, vindo em seguida a carne suína, com 4,97%, e, por fim, a carne bovina, com os mesmos 3,25%.

Nas exportações, a prevalência é das carnes avícolas, que devem responder por pouco mais de

40% dos 20 milhões de toneladas previstas. Esse volume, se atingido, significará aumento de 4,17% sobre 2004, e de 3,09%, sobre 2003. O decréscimo no último índice, aqui, é conseqüente da queda das exportações avícolas em 2004, em decorrência dos surtos de Influenza Aviária no sudeste asiático e na América do Norte.

Em 2005, prevê a FAO, as exportações de carnes avícolas retornam ao nível de 2003.

Por fim, em relação ao consumo *per capita*, a FAO aponta evolução de 2,71% sobre 2004, e de 3,22%, sobre



2003. Aqui, a maior expansão em 2004/2005 deve alcançar, mais uma vez, as carnes avícolas, com aumento de 3,28%.

Note-se, no entanto, que o consumo *per capita* de aves permaneceu estável em 2004, em função não só da queda nas exportações, mas também da redução de produção em alguns países diretamente afetados pela Influenza Aviária. Assim, o mesmo índice de aumento (3,28%) se aplica ao biênio 2003/2005, enquanto o consumo *per capita* de carne bovina deve aumentar, nesse período, 2%, e o de carne suína, 3,82%. ■

## EUA confirmam segundo caso de "vaca louca"

**A**utoridades americanas confirmaram a existência do segundo caso da doença da vaca louca (cujo nome científico é Encefalopatia Espongiforme Bovina), no país. O primeiro havia sido registrado em 2003, no Estado de Washington. O resultado foi verificado em testes conduzidos em laboratórios na Grã-Bretanha, depois que a suspeita foi divulgada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

O Departamento diz que não há risco para a saúde pública, porque a carne do animal — que morreu em novembro do ano passado — não foi consumida por ninguém nem usada para alimentar outros animais. A entrada do animal na cadeia alimentar foi bloqueada por causa das barreiras de segurança introduzidas pela Secretaria de Agricultura dos EUA.

A descoberta do caso ocorrido em 2003, numa vaca importada do Canadá, levou à perda de bilhões de dólares em exportações de carne, que foram suspensas, e pôs em xeque a segurança dos alimentos produzidos nos Estados Unidos. Desde então, o Japão e a Coreia do Sul não compram carne do país, mas as autoridades americanas dizem que a confirmação do segundo caso não deve servir de "desculpa" para seus parceiros comerciais não retomarem as importações.

O Departamento de Agricultura afirma estar investigando a origem do segundo animal infectado. Acredita-se que uma variante humana da doença, a Creutzfeldt-Jakob, esteja relacionada ao consumo da carne contaminada. Tanto em bovinos como em humanos, a doença ataca o cérebro. Nos anos 90, a doença matou 150 pessoas no mundo inteiro, mas, principalmente, na Grã-Bretanha.

# Brasil quer ampliar mercado na Rússia

**A** Rússia não dá indicações de que atenderá à demanda brasileira por uma cota única para exportar carnes. O único sinal é para os exportadores brasileiros ocuparem as cotas não preenchidas por outros países. A estratégia é estabelecer cotas globais para as carnes, com regras flexíveis sendo adotadas. Se um país não completar suas cotas para o mercado russo, a mesma é transferida para outros países dispostos e com possibilidade de completar o volume das cotas.

Com alta competitividade em preços, o Brasil tem ampliado as suas exportações de carnes para a Rússia, tendo já ocupado cotas não preenchidas por outros países nos últimos anos. Atualmente, o País não tem cota própria e disputa com nações concorrentes as vendas à Rússia numa cota denominada "outros".

Além de maior acesso para suas carnes, o Brasil quer derrubar barreiras para o açúcar e outros produtos na Rússia, em troca de seu apoio à entrada de Moscou na Organização Mundial do Comércio (OMC), até dezembro próximo. Porém, como a Rússia cedeu grande parte de seu mercado de carnes para Estados Unidos e União Européia, sobra pouca alternativa para negociar com outros países.

Com a perspectiva de a Rússia adotar novas regras para as importações de carnes a partir do próximo ano, surge um novo ambiente. O governo brasileiro pretende garantir o acesso de, pelo menos, o volume de carne exportada em 2004, em troca

do apoio à entrada de Moscou na Organização Mundial de Comércio (OMC).

A Rússia fez a proposta de flexibilização, com redução de 25% na tarifa extra-cota aplicada sobre a entrada das carnes brasileiras no mercado russo. Além disso, se compromete a aplicar o Sistema Geral de Preferências (SGP) para o Brasil nas tarifas extra-cota, que são bem maio-

Brasil: exportação para Rússia - US\$ mil

Produto	2002	2003	2004
Carne bovina <i>in natura</i>	45.891	100.344	239.107
Carne bovina industrializada	460	718	1.555
Carne de frango <i>in natura</i>	169.136	126.238	159.664
Carne de frango industrializada	281	304	2.038
Carne suína <i>in natura</i>	370.997	244.669	441.740
Carne de peru <i>in natura</i>	11.275	13.455	12.839
Açúcar bruto	494.352	681.768	503.127
Açúcar refinado	1.917	2.390	3.380

fonte: SECEX

res do que as alíquotas aplicadas dentro das cotas. Assim, as alíquotas vigentes fora da cota teriam redução de 25%. Isso derrubaria a tarifa para as carnes bovina e suína, de 80% para 60%, e a de frango, de 60% para 45%.

A oferta realmente melhora nas condições de acesso de produtos brasileiros. Para o setor privado, as cotas não deveriam ter país de origem, e se tiverem origem, que mude a base de cálculo.

Com relação ao açúcar, a Rússia é o maior comprador do produto brasileiro. Moscou insiste em aplicar o que chama de "direitos móveis", ou seja, uma banda de preços que varia de US\$140 a US\$270 por tonelada, dependendo da média da cotação dos últimos três meses da Bolsa de Nova York. O Brasil rejeita esse sistema, condenado pela própria OMC. A sua implementação é passível em curto prazo, durante um período de implementação dos acordos após integrar a OMC. Mas depois, deverá passar a cobrar tarifa fixa. ■